

**O ESPAÇO COMO CATEGORIA CENTRAL DA ANÁLISE GEOGRÁFICA:
REFLEXÕES A PARTIR DE ABAETETUBA/PA**

***EL ESPACIO COMO CATEGORÍA CENTRAL DEL ANÁLISIS GEOGRÁFICO:
REFLEXIONES DESDE ABAETETUBA/PA***

***SPACE AS A CENTRAL CATEGORY OF GEOGRAPHICAL ANALYSIS:
REFLECTIONS FROM ABAETETUBA/PA***



Anderson Carlos Fontes da SILVA¹
e-mail: fontesprofgeo@gmail.com

Como referenciar este artigo:

SILVA, A. C. F. O espaço como categoria central da análise geográfica: reflexões a partir de Abaetetuba/PA. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 9, n. 00, e025017. e-ISSN: 1984-1647, 2025. DOI: 10.35416/2025.11012



| Submetido em: 09/09/2025
| Revisões requeridas em: 09/09/2025
| Aprovado em: 08/12/2025
| Publicado em: 28/12/2025

Editores: Prof. Dr. Nécio Turra Neto
Profa. Me. Karina Malachias Domingos dos Santos

¹Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC RIO), Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ) – Brasil. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGG/PUC RIO), Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO/UFPA). Licenciado em Geografia pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA).

RESUMO: A Geografia passa novamente por um movimento de renovação dentro da corrente crítica. A abordagem humanística da Geografia, a partir da fenomenologia, considera a experiência de vida como fundamental, prezando por contextos, vivências e sentimentos aliados às ideias espaciais. Diante disso, o objetivo central deste artigo é evidenciar o espaço como uma importante categoria de análise para as pesquisas geográficas, apontado o mesmo como cêntrico, não podendo ser abandonado ou colocado em segundo plano, nos debates, até mesmo naqueles em que se evidencia os contextos de vivências e sentimentos. Utilizar-se-á como rebatimento espacial a Avenida Dr. João Miranda e Avenida Dom Pedro II, avenidas principais do município de Abaetetuba/PA. A relação de consumo evidencia que apesar de parecerem opostas, estas formas de consumo estão interligadas de alguma forma e há interferências mútuas em ambas. O que corrobora com a premissa: há necessidade um sentido comum de espaço nas pesquisas.

PALAVRAS-CHAVE: Análise espacial. Vivências e sentimentos. Geografia marxista.

RESUMEN: La Geografía vuelve a vivir un movimiento de renovación dentro de la corriente crítica. El enfoque humanista de la Geografía, basado en la fenomenología, considera la experiencia de vida como fundamental, valorando contextos, vivencias y sentimientos combinados con ideas espaciales. Ante esto, el objetivo central de este artículo es resaltar el espacio como una importante categoría de análisis para la investigación geográfica, señalando que es central y no puede ser abandonado o relegado a un segundo plano en los debates, incluso en aquellos en los que se destacan los contextos de experiencias y sentimientos. Como límites espaciales se utilizarán la Avenida Dr. João Miranda y la Avenida Dom Pedro II, principales avenidas del municipio de Abaetetuba/PA. La relación de consumo muestra que a pesar de parecer opuestas, estas formas de consumo están interconectadas de alguna manera y existen interferencias mutuas en ambas. Esto corrobora la premisa: es necesario un sentido común de espacio en la investigación.

PALABRAS CLAVE: Análisis espacial. Experiencias y sentimientos. Geografía marxista.

ABSTRACT: Geography is once again undergoing a movement of renewal within the critical current. The humanistic approach to Geography, based on phenomenology, considers life experience as fundamental, valuing contexts, experiences and feelings allied to spatial ideas. In view of this, the main objective of this article is to highlight space as an important category of analysis for geographic research, pointing it out as central, and cannot be abandoned or placed in a secondary plane in debates, even in those in which the contexts of experiences and feelings are evident. Dr. João Miranda Avenue and Dom Pedro II Avenue, main avenues in the city of Abaetetuba/PA, will be used as a spatial reflection. The consumption relationship shows that, despite seeming opposite, these forms of consumption are interconnected in some way and there is mutual interference in both. Which corroborates the premise: there is a need for a common sense of space in research.

KEYWORDS: Spatial analysis. Experiences and feeling. Marxist geography.

Introdução

Pensar o espaço enquanto categoria fundante da Geografia é, antes de tudo, reconhecer que ele não pode ser reduzido a uma simples dimensão física ou a um suporte neutro das ações humanas. O espaço é, simultaneamente, produto e produtor de relações sociais, carregado de intencionalidades, contradições e significações. Ao longo do percurso epistemológico da Geografia, diferentes leituras e abordagens teóricas buscaram compreender essa complexidade — algumas privilegiando o rigor técnico-formal, outras, a vivência sensível dos sujeitos. Entre ambas, a centralidade do espaço emergiu não como ponto de partida fechado, mas como construção histórica e política que exige constante renovação do olhar.

Mesmo tendo uma corrente consolidada e um objeto de estudo bem definido, até hoje a Geografia ainda tem suas diferenças internas. Ferreira (2019) chama atenção para o caráter peculiar da Geografia em ser “dividida” em Geografia Humana e Geografia Física — ambas contendo nítidas diferenças em seu método científico e procedimentos metodológicos. Além disso, o autor em tela aponta para um abandono da construção teórica e uma gama de pesquisas mais propositivas.

Não se nega a importância das pesquisas propositivas e de cunho prático aplicado, porém sem uma construção teórica qualquer, o estudo propositivo torna-se frágil. Ademais, não apenas a pesquisa em si torna-se frágil, mas também a ciência da qual a pesquisa faz parte, como um todo. Isso se torna evidente quando, até hoje, existem questionamentos sobre o que de fato estuda a Geografia, em meio a tanta confusão dos pesquisadores geógrafos.

No Brasil, a insatisfação com a Geografia quantitativa que vigorava nas décadas de 1960 e 1970, fez com que houve um movimento de renovação da Geografia. Esse movimento teve seu marco inicial, por assim dizer, o Encontro Nacional de Geógrafos, realizado pela Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB), em 1978. Ano também do lançamento de uma importante obra nesse processo de renovação: “Por uma Geografia Nova”, do reconhecido geógrafo Milton Santos. A partir de então, várias pesquisas começaram a aparecer contendo uma preocupação com a realidade social e com duras críticas a estas. Porquanto, convencionou-se chamar de Geografia Crítica — ou Geografia Marxista — por ter as bases em pilares fundamentais do marxismo (Campos, 2001).

Milton Santos, Ruy Moreira, dentre outros, partiram então para valorizar o espaço como objeto de estudo da Geografia. Até então, “o papel do espaço em relação à sociedade tem sido frequentemente minimizado pela Geografia” (Santos, 1977, p. 81), era o que Milton Santos

argumentava sobre aquele contexto. Apesar da valorização e proeminência do espaço, a Geografia passa novamente por um movimento de renovação dentro da corrente crítica.

A abordagem humanística da Geografia, a partir da fenomenologia, considera a experiência de vida como fundamental, prezando por contextos, vivências e sentimentos aliados às ideias espaciais. Isso decorre em não haver uma representação comum do espaço (Campos, 2001). Nota-se então, senão um abandono das bases marxistas, a sua colocação em um segundo plano.

Diante disso, a proposta deste artigo é lançar luz sobre essa centralidade do espaço, articulando aportes da tradição crítica, dialética e fenomenológica da Geografia com o intuito de demonstrar que a análise espacial continua sendo indispensável, mesmo quando os estudos se voltam às experiências, vivências e afetividades. Ao tomar como referência empírica o município de Abaetetuba, na região nordeste do Pará, procura-se tensionar como diferentes formas de consumo — como as tradicionais, presentes nas feiras, e as modernas, vinculadas ao varejo atacadista — manifestam racionalidades espaciais distintas e, muitas vezes, antagônicas. Tal reflexão se inscreve no esforço de conceber o espaço como totalidade contraditória, onde convivem hegemonias e resistências, permanências e fluxos e memórias e rupturas.

O espaço na Geografia: entre rupturas e permanências epistemológicas

Neste momento, parte-se da seguinte premissa: é essencial uma representação comum do espaço para servir de base analítica de um objeto. Assume-se que existem vários espaços dentro de um espaço, ou seja, há vivências diferentes em um mesmo espaço analisado. Porém, sempre há uma representação que suplanta outros tipos de representações no mesmo espaço.

Há uma explicação para essa premissa. Nas décadas de 1960 e 1970, Henri Lefebvre escreveu uma série de artigos e livros que tratam da natureza do espaço e acabou influenciando diversos pensadores e pesquisadores brasileiros, dentro e fora da Geografia como Martins (1996), Carlos (2017), Damiani (2012) — apenas para citar alguns. O que mostra que os escritos de Lefebvre geraram um olhar de maior importância para o espaço; a análise espacial “caiu como uma luva” nos estudos que envolvem o urbano. Vale ressaltar que “o urbano se distingue da cidade” (Lefebvre 2008, p. 84), ou seja, o urbano extrapola a cidade e chega em áreas consideradas rurais. Para o autor, a cidade e o campo ocupam-se de suas especificidades.

Retornando a importância do espaço, entendê-lo não é uma tarefa simples. Por isso, a intenção aqui não é fazer um debate profundo a ponto de esgotar a discussão; pelo contrário, a discussão sobre o espaço talvez nunca se encerre. A intenção é elencar autores que apontem o espaço como essencial para o entendimento de um objeto analítico.

O percurso da Geografia enquanto ciência é marcado por disputas internas em torno de sua identidade, objeto e método. Desde sua institucionalização, o espaço foi tratado de modo desigual: ora como substrato absoluto, mensurável e objetivo — como nos paradigmas positivista e quantitativo —, ora como uma dimensão subjetiva, carregada de sentido, como propõe a Geografia humanista e fenomenológica. Em ambos os casos, o que está em jogo é a forma como a espacialidade humana é compreendida e, sobretudo, como é produzida.

A virada crítica ocorrida no Brasil a partir do final da década de 1970, catalisada pela obra *Por uma Geografia Nova*, de Milton Santos (1978), rompe com o tecnicismo da Geografia quantitativa ao propor o espaço como construção social e histórica, expressão das relações materiais e simbólicas que os sujeitos estabelecem com o território. A definição de Santos (2009) do espaço como um “sistema indissociável de objetos e ações” já denuncia sua complexidade: objetos não existem sem ações que os mobilizem e ações se dão necessariamente em um cenário material. Mas mais do que isso, o espaço é território de disputa — lugar onde confrontam-se projetos sociais desiguais.

Essa compreensão é aprofundada por Lefebvre (1991), ao desenvolver a teoria da produção do espaço. Para o autor, o espaço é produto de relações sociais, mas também um instrumento de reprodução dessas relações. Sua tríade analítica — espaço percebido, concebido e vivido — não deve ser tomada como categorias estanques, mas como momentos de um mesmo processo dialético em que o espaço é, ao mesmo tempo, praticado, representado e experienciado. O autor em tela se distancia tanto de uma visão objetiva quanto subjetivista, recusando a cisão entre materialidade e simbolismo.

Harvey (2013), em diálogo com essa tradição, amplia a compreensão do espaço ao propor uma tipologia que distingue o espaço absoluto, relativo e relacional, sendo este último o mais denso, pois considera o entrelaçamento das dimensões espaço-tempo como parte constitutiva dos processos sociais. O autor alerta que a lógica capitalista se apropria do espaço relacional e o converte em mercadoria, criando espacialidades funcionalizadas ao lucro. É nesse sentido que Lencioni (2008) e Carlos (2017) vão identificar no processo de metropolização do espaço uma forma de reprodução do capital que reorganiza não apenas o urbano formal, mas também os modos de vida nos territórios periféricos e tradicionais, como ocorre em Abaetetuba.

Ao lado dessa tradição crítica, a Geografia fenomenológica — representada por autores como Yi-Fu Tuan (1980) e Edward Relph (1976) — reivindica o valor da experiência sensível no entendimento da espacialidade. Para Tuan (1980), o espaço só se torna lugar quando é dotado de significado e esse significado é construído pelas vivências cotidianas dos sujeitos. No entanto, como alerta Doreen Massey (2009), essa leitura, se desarticulada dos contextos históricos e das estruturas de poder, corre o risco de essencializar o vivido e ignorar as contradições inerentes à produção espacial.

O tensionamento entre o idealismo da Geografia humanista, representado por Tuan (1980) e Relph (1976), e a perspectiva crítica de Massey (2009), evidencia a necessidade de uma abordagem que integre experiência sensível e análise estrutural. Enquanto os primeiros autores enfatizam a vivência cotidiana como constitutiva do sentido do lugar, a segunda autora alerta para os perigos de descontextualizar essas experiências, destacando que o espaço é simultaneamente socialmente produzido e impregnado de relações de poder. Assim, o entrelace epistemológico entre materialismo e idealismo surge como estratégia necessária para evitar leituras superficiais ou essencialistas, permitindo compreender o espaço como lugar vivido, mas também como produto de forças históricas, econômicas e políticas (Tuan, 1980; Relph, 1976; Massey, 2009).

No contexto brasileiro, essa aproximação ainda é relativamente rara, mas apresenta sinais de consolidação em estudos que dialogam com a Geografia crítica e a fenomenologia humanista. Pesquisas inspiradas em Santos (2009) e em trabalhos recentes de geógrafos que exploram a experiência cotidiana, a apropriação do espaço e a percepção social dos lugares apontam para um esforço de conciliar análise estrutural e vivência subjetiva (Holzer, 2008). Embora não se trate de uma tradição plenamente estabelecida, a abordagem demonstra originalidade ao articular dimensões sensíveis e materiais do espaço, sinalizando a possibilidade de uma Geografia que seja simultaneamente crítica, reflexiva e atenta à riqueza da experiência humana.

Para Lefebvre (1991), o espaço é produzido de forma dialética, a partir de relações de corpo social permitindo uma análise em vários níveis. A produção do espaço, então, se dá por meio de práticas espaciais, utilizando as bases materiais e suas representações simbólicas, garantindo uma apropriação e permanência hegemônicas por algum ator social (Lefebvre 1991). Essa argumentação corrobora com a apresentada anteriormente — no início deste capítulo — de que existem vivências diferentes em um mesmo espaço; entretanto, existe uma

hegemonia de representação deste espaço. Portanto, necessita-se de uma representação comum de espaço para dar suporte a análise de objetos.

Esta teoria da produção do espaço influenciou geógrafos ao redor do mundo. Harvey (2013), por exemplo, traz ao debate uma visão tripartite do espaço: a proposição tripartite do espaço de Harvey (2013). Para esse autor, o espaço está dividido em três partes: o espaço absoluto, caracterizado por ser fixo, podendo ser entendido como “espaço da propriedade privada e de outras entidades territoriais delimitadas (como Estados, unidades administrativas, planos urbanos e grades urbanas) (Harvey, 2013, p. 10); o espaço relativo, que pode ser entendido por um espaço com “múltiplas geometrias que podemos escolher e de quem o quadro espacial depende estritamente daquilo que está sendo relativizado e por quem” (Harvey, 2013, p. 11); e o espaço relacional, que argumenta ser impossível a separação do espaço e tempo em suas análises. Portanto, a relação “espaço-tempo implica a ideia de relações internas; influências externas são internalizadas em processos ou coisas específicos através do tempo” (Harvey, 2013, p. 12).

A visão tripartite do espaço proposta por Harvey (2013) aponta para o mesmo sentido de espaço proposto por Lefebvre (1991a); é uma produção social. Cada sociedade o produz a partir de suas relações. E, mais uma vez, corroborando com a premissa apresentada, Moreira (2006) defende a tese de que o espaço “coincide com a própria construção da vida humana, de vez que é construindo a sociedade que o homem constrói seu espaço e assim dialeticamente” (Moreira, 2006, p. 41). A visão dialética do espaço permite uma análise de níveis e variáveis bastantes abrangente; em contextos dentro e fora da cidade.

É, portanto, no espaço em que as intencionalidades são materializadas dando sustentação aos processos vividos. Santos (2009) busca contribuir de forma a conceituar o espaço associando também a constituição do meio técnico-científico-informacional vivido a partir da década de 1970. O esforço metodológico do autor é conceber o espaço como um indissociável sistema de objetos e ações, o material e imaterial, assegurando um dinamismo espacial (Santos, 2009). Dessa forma, pode-se ter um suporte para uma análise que se aproxime da totalidade do fenômeno e que se propõe pesquisar. O processo do decorrer histórico é complexo e mutável e a análise da totalidade é a integridade mais fiel à realidade (Santos, 2009) — corroborando com o que foi exposto por Moreira (2006).

O espaço como totalidade — como uma construção social dialética, que se produz e se reproduz — dá ao espaço a complexidade que ele tem; se há cisão de processos, há um esvaziamento do movimento de construção dialética (Santos, 2009), afinal, a realidade é

complexa. A análise feita pela percepção pode limitar — e muito — a complexidade do espaço. Essa limitação pode acabar influenciando em uma análise parcial de uma realidade, escondendo suas múltiplas escalas espaciais, comprometendo assim, a análise social do espaço.

A partir desse diálogo entre autores, compreende-se que pensar o espaço como categoria geográfica exige assumir sua natureza multiescalar, contraditória e relacional. É nesse movimento que o espaço deixa de ser apenas cenário e passa a ser protagonista analítico da realidade.

Totalidade, contradição e hegemonia: o espaço como campo de disputa

Se o espaço é produzido socialmente, ele é produzido sob relações assimétricas, o que o torna, simultaneamente, campo de apropriação e de resistência. Santos (2009) nos lembra que o espaço não pode ser compreendido a partir de partes isoladas, pois a realidade espacial é uma totalidade em movimento, composta por múltiplas escalas, temporalidades e interesses. Essa totalidade, no entanto, é contraditória: nela se confrontam racionalidades dominantes — ligadas à lógica técnica, econômica e informacional — e racionalidades subalternas, muitas vezes silenciadas nos discursos oficiais.

Lencioni (2008), ao analisar a expansão da lógica metropolitana sobre o território, evidencia que mesmo cidades não-metropolitanas sofrem rebatimentos dessa dinâmica, produzindo espaços fragmentados, funcionalizados e excludentes. A metropolização, nesse caso, não diz respeito apenas ao crescimento urbano, mas a uma nova forma de organização do espaço subordinada à lógica do capital. Essa leitura é compartilhada por Rogério Haesbaert (2004), que propõe a noção de multiterritorialidade para dar conta da complexidade das territorialidades vividas por sujeitos que habitam, simultaneamente, espaços tradicionais e espaços funcionais do capital.

Lefebvre (2008) complementa esse olhar ao afirmar que o urbano se tornou uma mercadoria, um produto do capital, reconfigurando inclusive o campo, que passa a ser regido por lógicas urbanas. Nesse contexto, os modos de vida tradicionais não desaparecem, mas são tensionados e, muitas vezes, marginalizados. A permanência dessas práticas, entretanto, não deve ser lida como resíduo ou atraso, mas como resistência — uma forma de (re)existência que desafia a hegemonia da racionalidade dominante.

É nesse ponto que a Geografia fenomenológica, quando articulada ao pensamento crítico, pode contribuir para enriquecer a análise espacial. A valorização da experiência do lugar, das memórias e dos afetos, como propõem Tuan (1980) e Relph (1976), permite acessar dimensões da espacialidade que não são captadas apenas por indicadores técnicos ou econômicos. No entanto, como adverte Massey (2009), essas vivências devem ser analisadas dentro das estruturas que as permitem — ou as negam.

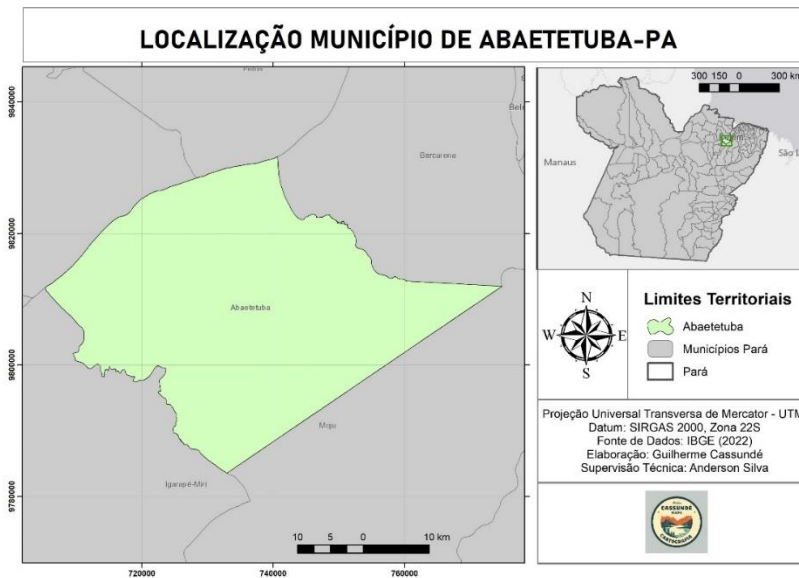
A percepção, então, é entendida como “uma resposta dos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados enquanto outros retrocedem e são bloqueados” (Tuan, 1980, p. 4). Exemplificando essa percepção, Clark (1991) diz que as áreas centrais da cidade são percebidas com mais clareza, pois é a mais visitada, mas que a percepção varia conforme a idade, sexo, classe social etc.

Nota-se que a noção de espaço na fenomenologia é como algo já dado e que é estudado e analisado de forma diferente a partir de quem vê; parece excluir a mutabilidade do espaço ou seja, “que ele está sempre num processo de devir está sempre sendo feito – nunca está finalizado, nunca se encontra fechado” (Massey; Keynes, 2009, p. 8). Um espaço já dado e finalizado — como parece estudar a fenomenologia — acaba dando um caráter reducional aos estudos analíticos do espaço.

Entre feiras e atacados: contradições espaciais em Abaetetuba/PA

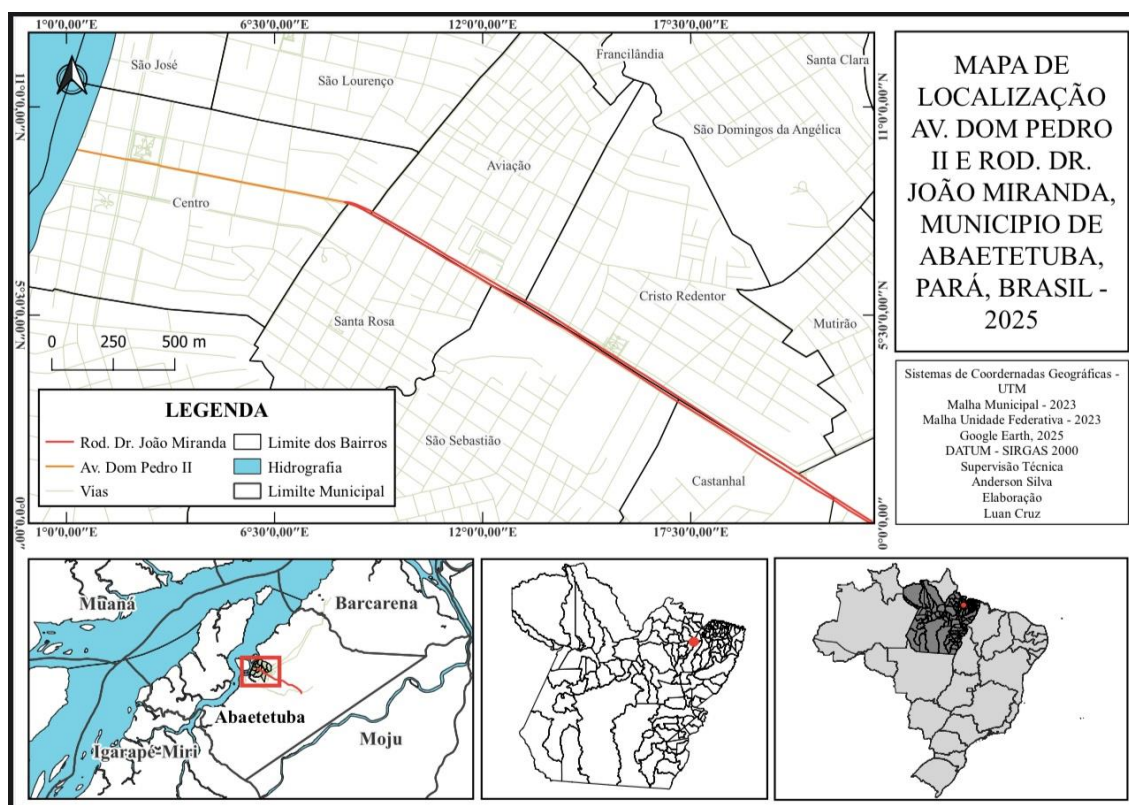
A partir da reflexão teórica construída até aqui, propõe-se uma leitura empírica de uma realidade concreta: o caso do município de Abaetetuba/PA (Figura 1). Localizado na região do Baixo Tocantins, este município apresenta características ribeirinhas históricas, cuja economia tradicional sempre esteve associada à circulação fluvial, às feiras livres e aos pequenos comércios locais. Contudo, nas últimas décadas, a expansão do setor atacadista, com empreendimentos oriundos de fora do Estado, alterou profundamente o ordenamento espacial e as práticas de consumo da população local.

Figura 1 – Mapa de Localização do Município de Abaetetuba



Fonte: Elaboração de Guilherme Cassundé. Supervisão Técnica: Próprio autor. Adaptação de Sirgas (2000) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2022).

As Avenidas Dr. João Miranda e Dom Pedro II (Figura 2) sintetizam essa transição. Nelas, expressam-se duas formas de apropriação do espaço: de um lado, a feira tradicional à beira do rio, onde ainda se concentram práticas de compra e venda baseadas na oralidade, na confiança e na territorialidade ribeirinha; de outro, atacados modernos e organizados — segundo a lógica da eficiência, padronização e controle —, inseridos em um circuito mercantil mais amplo. Como observam Ventura Neto e Santos (2023), esse movimento revela a financeirização do espaço nas cidades médias e pequenas, reestruturando a economia urbana a partir de atores vinculados ao capital financeiro.

Figura 2 – Mapa de Localização da Rodovia Dr. João Miranda e Avenida Dom Pedro II

Fonte: Elaboração de Luan Cruz. Supervisão Técnica: Próprio autor. Adaptado de Datum Sirgas (2000).

Essa coexistência entre formas tradicionais e modernas de consumo evidencia que o espaço não é homogêneo: nele coexistem diferentes temporalidades, racionalidades e modos de vida. No entanto, essa coexistência não se dá em igualdade de condições. Os atacados, por sua estrutura de poder e financiamento, impõem uma hegemonia espacial que desloca práticas locais e modifica fluxos, sentidos e relações. Isso reafirma a tese de Lefebvre (1991) e Santos (2009) de que o espaço é atravessado por relações de dominação e que toda prática espacial é, também, uma disputa por representação e apropriação.

Ao não utilizar o termo “recorte espacial”, opta-se aqui por uma abordagem que reconhece que a parte analítica — as avenidas estudadas — só pode ser compreendida como expressão de um todo — um todo contraditório e dinâmico, onde se cruzam escalas locais e globais, forças internas e externas. A análise da totalidade, como defende Santos (2009), permite identificar conexões invisíveis entre fenômenos aparentemente desconectados, revelando o espaço como um campo de interdependências.

Os aspectos do todo na parte

É muito comum nas pesquisas geográficas nos depararmos com a seguinte expressão: recorte espacial. A utilização desta expressão relaciona-se à parte ou um fragmento do espaço, o qual se deseja pesquisar. Contudo, a utilização dessa expressão pode nos remeter a “cortar”, “retirar” ou “deixar à parte” e isso é um problema nas pesquisas espaciais. O problema reside justamente em não fazer sentido o uso de um “recorte” em uma análise de um todo.

Apesar de estar utilizando de uma parte neste artigo, não foi utilizado a expressão “recorte espacial” em nenhum momento. Isto se dá pelo fato de que todos os processos e fenômenos e que ocorrem na parte, não ocorrem sem motivo ou sem sua ocorrência anterior. Por mais inovador e inédito que seja o processo ou fenômeno, as condições para que ele ocorresse em determinado espaço tem origens que podem ser determinadas e conhecidas, e é justamente essa a intenção deste capítulo do artigo: apontar aspectos de presentes na parte — Rodovia Dr. João Miranda e Avenida Dom Pedro II —, que se relacionam com o todo e que, por conta disto, não podem ser simplesmente recortadas do espaço a fim de analisá-las.

Dentre os vários aspectos que poderiam ser analisados no rebatimento espacial escolhido, foi elencado a forma de consumir produtos — isso pelo fato de essas duas vias contínuas possuem características mais tradicionais e mais modernas de consumo. Falando de um consumo mais tradicional, vê-se a feira que está localizada ao final da Avenida Dom Pedro II e desemborca na mais tradicional feira que fica às margens do rio. Em contraste, na Rodovia Dr. João Miranda, foram implantados dois atacados vindos de fora do estado do Pará e um supermercado que pertence aos empresários paraenses, mudou sua denominação e funciona como atacado.

Diante disso, Ventura Neto e Santos (2023, p. 289) afirmam que esse fenômeno

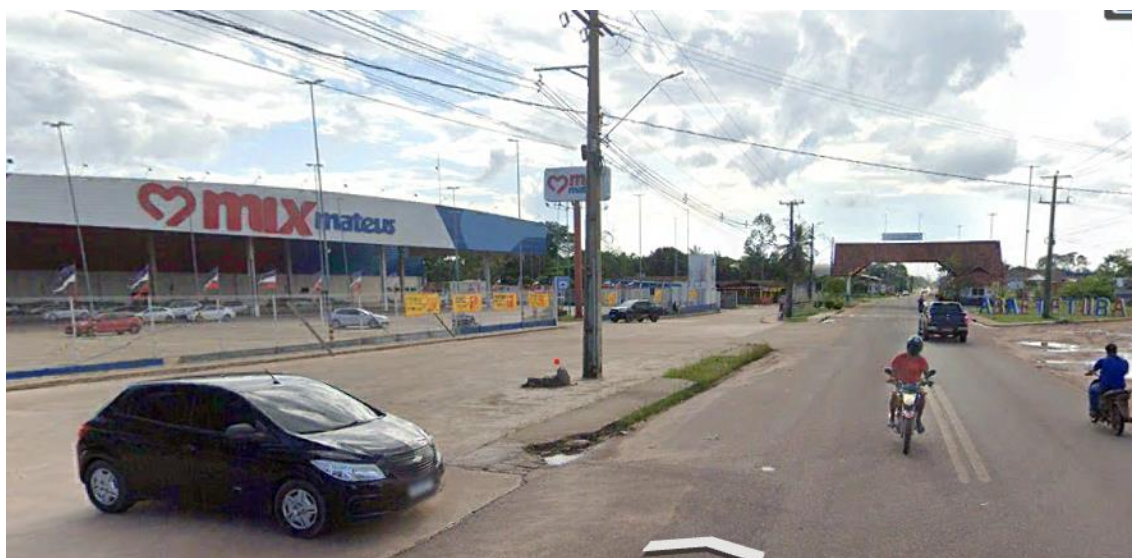
é um quadro de disputa que parece emoldurar um processo de reestruturação espacial de escala ainda mais ampla. No contexto regional, as empresas com vínculos com o capital financeiro que atuam no ramo do varejo supermercadista passaram a integrar uma economia urbana que se adensou em torno da metropolização e do crescimento de cidades médias.

Confirmando que a escolha feita para análise espacial, a partir do consumo feita neste artigo, é factível.

A vivência do comprar e vender produtos diariamente

Um exemplo do que foi exposto acima, encontra-se bem ao lado do portal de entrada do município: a construção de um empreendimento do grupo de atacados (Figura 3). Não é o único que tem no município, inclusive, existem outros exemplos destes na mesma rodovia que se está analisando. A implementação desse tipo de empreendimento não aconteceu ali naquele local sem ter relações anteriores que propiciaram a sua implantação. Por isso, a análise fica prejudicada se fosse feito um “recorte” para analisar a implementação de atacados desse ramo em Abaetetuba.

Figura 3 – Empreendimento de atacado



Fonte: Google Earth (2024).

Como dito anteriormente, na mesma Rodovia Dr. João Miranda, um outro empreendimento do mesmo ramo de atacado pertencente a outro grupo (Figura 4), mostrando que a presença desse tipo de empreendimento não é um caso isolado no município.

Figura 4 – Empreendimento de atacado Abaetetuba



Fonte: Google Earth (2024).

Os empreendimentos acima são de fora, inclusive, do Estado do Pará. Porém, para demonstrar que os objetos espaciais mudam conforme mudam as relações espaciais, existe uma rede local (estadual) de supermercados que modificou a sua atuação em todas as suas unidades, agregando-se à sua atuação de supermercado como atacado e magazine (Figura 5).

Figura 5 – Empreendimento de Atacado e Varejo Local



Fonte: Google Earth (2024).

A mudança no perfil do empreendimento local citado comprova que o espaço está sempre em processo de construção, como devir, segundo Massey (2009). Além disso, essa mudança ocorreu devido ao acirramento da concorrência que a presença dos atacados de fora

do estado do Pará gerou. Alguns empreendimentos locais que não se adequaram a essa nova forma de concorrência, tiveram sua falência decretada. A solução encontrada por essa rede, então, foi se adequar a essa nova fase concorrencial que se apresenta com a chegada desse tipo de empreendimento (Ventura Neto; Santos, 2023).

Uma análise não tão aprofundada da realidade apontada nos revela que houve mudanças em alguns aspectos: na relação de como e onde comprar os seus produtos básicos; e na própria forma de conviver com o novo espaço, que foi produzido a partir da construção e funcionamento dos empreendimentos de atacados. Uma análise mais aprofundada geraria outras inquietações: o que existia nesses lugares antes da construção dos empreendimentos? Moradias ou apenas um terreno sem ocupação efetiva? Se assim fosse, ele era utilizado de alguma forma? Campinhos improvisados de futebol? Áreas para passarinhar²?

Decerto que a mudança promovida a partir da produção de um novo espaço, modificou vivências com o mesmo. As formas e funções mudam; os processos também. Em períodos anteriores a construção e funcionamento desses empreendimentos, qual era a forma mais comum de realizar as compras? Em qual local? São inquietações que surgem a partir das vivências e do sentimento, mas que não pode ser analisada por si próprias. Essas inquietações podem surgir a partir de processos que não se iniciaram ali pela primeira vez, ou seja, são processos já existentes em outros lugares. Portanto, mesmo que a análise se dê a partir de vivências e sentimentos, não se pode deixar de lado a análise espacial, pois é ela que vai produzir as relações e novas relações existentes na sociedade, a partir da produção de novos espaços.

Apesar das mudanças promovidas com a chegada dos empreendimentos de atacado, a forma de comprar e vender mais tradicional — feita em feira — não desapareceu por completo. A Avenida Dom Pedro II possui uma feria ao ar livre (Figura 6) e termina justamente na mais tradicional feira de Abaetetuba por ficar na beira do Rio Maratauíra, afluente do Rio Tocantins (Figura 7).

² Expressão utilizada para caçar pássaros ou apenas observar, apreciar, catalogar os mesmos.

Figura 6 – Feira ao Ar Livre na Avenida Dom Pedro II



Fonte: Pulsar Imagens (2024).

Figura 7 – Feira ao Ar Livre na Beira do Rio Maratauíra



Fonte: Holofote Virtual (2010).

As imagens acima atestam que existem espaços dentro de um mesmo espaço. Apesar da mudança na forma de comprar advinda da chegada de empreendimentos de atacados, a tradição

de comprar seus itens de consumo básico em feiras ainda persiste. A observação desse fenômeno aponta para a uma definição comum de espaço, da proposta por Lefebvre (1991), que argumenta a produção do espaço como sendo fruto de práticas sociais, as quais podem ser diferenciadas se analisadas as camadas da sociedade. Apesar disso — ainda em Lefebvre (1991) —, sempre há um ator hegemônico em relação a outro, o que corrobora ainda mais na necessidade de possuir um sentido comum de espaço para análises, mesmo que sejam de vivências não hegemônicas, pois estas vão estar sob a hegemonia de outrem.

Na Figura 6, nota-se barraquinhas tradicionais de feiras ao ar livre com a presença de embarcações de pequeno porte que servem tanto para descarregar produtos vindos de ilhas ao redor do município, como para comprar itens de consumo básico para esses lugares, que é peculiar de cidades ribeirinhas. Se a análise for pela hegemonia da economia, os atacados vão aparecer em números oficiais como hegemônicos dentro do processo de evolução econômica do município de Abaetetuba. Entretanto, não se pode negar a importância econômica das feiras, tão tradicionais no processo de consumo de produtos dentro de cidades de qualquer porte. Em outras palavras, as feiras foram impactadas em seu processo de compra e venda com a chegada dos atacados. Mesmo que a análise se dê a partir das vivências de consumo nas feiras, não há como analisar esse espaço sem a atuação dos empreendimentos de atacados, pois estes promoveram um rearranjo espacial de consumo que se diferencia do período anterior a chegada destes — mesmo nas feiras.

A totalidade do espaço, como proposto em Santos (2009), é um processo que analisa justamente o apontado acima. Em um fragmento de um todo, pode-se observar uma gama de relações que estão ligadas às outras relações produzidas no espaço analisado ou não. A necessidade de uma visão comum de espaço é necessária para que, diante dela, possa se caracterizar relações semelhantes e/ou diferentes, produzidas no mesmo espaço ou não, mostrando experiências de vivências comuns ou não. Para além disso, esse entendimento desvenda as contradições existentes no espaço, indicando a necessidade de luta para que essas contradições se esvaíam.

Considerações finais

Assumir o espaço como categoria central da análise geográfica não é apenas uma escolha teórica: é uma postura ética diante da complexidade da vida social. O caso de Abaetetuba demonstra que mesmo territórios considerados periféricos estão inseridos em

lógicas espaciais amplas, que operam por meio de processos como a metropolização, a financeirização e a imposição de novas formas de consumo e organização urbana. No entanto, também evidencia que práticas tradicionais persistem, se reinventem e resistem às pressões do capital — não como resquício do passado, mas como formas ativas de (re)existência.

Os teóricos da análise espacial apontam para uma complexidade real. Por conta dessa complexidade, o espaço necessita de um sentido comum para que essa complexidade não seja reduzida. Os estudos a partir das vivências das classes não hegemônicas estão cada vez mais presentes dentro da Geografia, o que é muito positivo e enriquecedor para a ciência geográfica. O que não pode acontecer é um recorte espacial para que estes estudos se realizem. Refirma-se que é necessário um sentido comum de espaço para que as análises não sejam reduzidas.

O município de Abaetetuba é um clássico município ribeirinho amazônico, que contém características tradicionais bastante evidentes. Contudo, o município passou a viver novas experiências a partir do processo de metropolização do espaço, que tem mudado realidades de cidades de todos os portes — também dentro do espaço amazônico. A financeirização do espaço — característica presente no processo de metropolização — tem evoluído em larga escala e modificando as relações.

No que foi apresentado aqui, percebe-se essa mudança na relação de consumo de produtos. Os atacados passaram a ser hegemônicos — economicamente falando — para a economia formal do município, modificando o ambiente de consumo da população, mas não de toda a população. Uma boa parte da população ainda conserva — ou por resistência ou por única alternativa — a tradição de consumir produtos de feiras livres. Apesar dessa tradição ser conservada, esta sofreu impacto em alguma escala, com a chegada dos empreendimentos atacadistas.

A relação de consumo evidencia que apesar de parecerem opostas, essas formas de consumo estão interligadas de alguma forma e há interferências mútuas em ambas, o que corrobora com a premissa coloca no início do capítulo 1 deste artigo: há necessidade um sentido comum de espaço nas pesquisas. Necessidade essa que se confirma mesmo se as pesquisas colocarem em foco as classes não dominantes nas relações espaciais.

O espaço, como ensinaram Santos, Lefebvre, Massey e tantos outros, é sempre uma construção social; um devir contraditório. Ao integrar teoria e empiria, estrutura e vivência, totalidade e fragmento, reafirma-se a importância de uma Geografia comprometida com a leitura crítica da realidade — uma Geografia que vê no espaço não apenas o cenário, mas o próprio enredo das lutas sociais.

AGRADECIMENTOS: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, R. A Geografia crítica brasileira na década de 1980: tentativas de mudanças radicais. **Geografia**, Rio Claro, v. 26, n. 3, p. 5-36, 2001. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/15364/11734> . Acesso em: 17 jan. 2025.
- CARLOS, A. A privação do urbano e o “direito à cidade” em Henri Lefebvre. In: CARLOS, A.; ALVES, G.; PÁDUA, R. **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 33-62.
- CLARK, D. **Introdução à geografia urbana**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1991.
- DAMIANI, A. Introdução a elementos da obra de Henri Lefebvre e a geografia. **Revisa do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. esp., p. 254-283, 2012.
- FERREIRA, A. Materialização, substrução e projeção: uma construção teórico metodológica como contribuição para o desvelar da produção do espaço. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 35-43, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/58324> . Acesso em: 15 jan. 2025.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2013.
- HOLZER, W. A geografia humanista: uma revisão. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. ed. co, p. 137-147, 2008.
- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. São Paulo: Centauro, 1991.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008.
- LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, J. (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- MASSEY, D.; KEYNES, M. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**, v. 6, n. 12, 2009.
- MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?**: por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.
- RELPH, E. **Place and Placelessness**. London: Pion Limited, 1976.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. razão e emoção**. São Paulo: EdUSP, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 16, 1977.

TUAN, Y. **Tropofilia**: um estudo da percepção e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VENTURA NETO, R.; SANTOS, T. Produção do espaço e financeirização do terciário moderno na periferia regional brasileira. **Caminhos de Geografia**, [s. l.], v. 24, p. 281-300, 2023.

CRediT Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC RIO).
 - ☐ **Financiamento:** CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Não há.
 - ☐ **Aprovação ética:** Não houve necessidade.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** todos os dados, links etc. estão disponíveis e acessíveis no manuscrito.
 - ☐ **Contribuições dos autores:** obra de autor único, participei de todas as etapas do processo: revisão bibliográfica, coleta de imagens, levantamento e análise de dados etc.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação
Revisão, formatação, normalização e tradução

